

Declaração da Harvard University sobre Local de Trabalho Livre de Droga

Informação sobre Abuso de Substância

A lei federal e estadual, bem como a política da Universidade, proíbem a posse, o uso ou a distribuição de drogas ilícitas e do álcool por funcionários.

Cidades e municípios de Massachusetts proíbem o consumo público de álcool e aplicam multas por violações. O *Massachusetts Department of Conservation and Recreation* também proíbe o consumo público de álcool em seus parques.

A Harvard University não é e não pode ser considerado um santuário das leis existentes. Os infratores da lei podem ser sujeitos a pesadas sanções impostas pelos governos municipais, estaduais e federais. Sanções potenciais incluem multas e penas de prisão.

Obtendo ajuda

Abuso de substância é prejudicial a sua saúde, com efeitos variando de desorientação e fadiga, psicose, coma e até morte. Devido aos riscos consideráveis de saúde envolvidos, recursos estão disponíveis para auxiliar a comunidade de Harvard em compreender e lidar com o abuso de drogas e álcool.

Se você tiver perguntas ou dúvidas sobre o álcool ou drogas, ou você acha que alguém que você conhece pode ter um problema com eles, há muitos recursos na área de Harvard/Cambridge/Boston a sua disposição. Esses recursos manterão sua confidencialidade, então, por favor, não hesite em usá-los. Ligue para o *University Health Services Center for Wellness and Health Communication* (617) 495-9629 para obter informações adicionais.

Política da Universidade

A seguinte declaração da política sobre drogas e álcool diz respeito às preocupações da Universidade com o abuso de substâncias e procura assegurar que a comunidade de Harvard esteja em conformidade com a lei federal *Drug-Free Workplace Act of 1988* e *Drug-Free Schools and Communities Act Amendments of 1989*, referentes a locais de trabalho e escolas livres de drogas. Esta política se aplica a todos os funcionários de Harvard, incluindo os temporários e os *half time* (LHT).

Violações de leis relativas a substâncias controladas ou álcool são proibidas nas propriedades, prédios e terrenos de Harvard, em veículos fornecidos pela Universidade, em qualquer local de trabalho ou local em que os direitos da Universidade estão sendo exercidos pelos funcionários, ou como parte de qualquer uma das atividades de Harvard. Isso significa, entre outras coisas, que os funcionários são impedidos de fabricar, distribuir, fornecer, possuir ou utilizar substâncias controladas ilegalmente no local de trabalho ou no campus. Exemplos comuns de substâncias controladas, conforme definido pela lei, são cocaína, maconha e heroína.

Para manter informados os membros da comunidade de Harvard com as leis aplicáveis, o escritório do conselheiro jurídico da Universidade (*Office of the General Counsel*) tem uma relação das leis locais, estaduais e federais sobre drogas e álcool. Uma cópia do memorando está disponível mediante solicitação.

A Universidade tomará medidas disciplinares contra os infratores, condizentes com as leis locais, estaduais e federais. Tais medidas podem incluir o requerimento de participação com resultado satisfatório em um tratamento contra abuso de substâncias, aconselhamento ou participação em um programa de educação como condição de reintegração ou de continuidade no emprego; suspensão; encerramento do contrato; ou encaminhamento para ação judicial.

Finalmente, para garantir a conformidade de Harvard com o *Drug-Free Workplace Act*, qualquer funcionário que for condenado por violação de qualquer lei criminal sobre a droga ocorrida no local de trabalho deve comunicar a condenação ao seu supervisor imediato no prazo de cinco dias. O *The Drug - Free Workplace Act* faz da estrita conformidade com esta declaração de política uma condição de emprego em todas as subvenções federais ou contratos. No prazo de dez dias de conhecimento de uma condenação por droga resultante de atividades no local de trabalho de qualquer indivíduo envolvido no âmbito de subvenções ou contratos financiados por uma agência federal, a Harvard é obrigada a notificar a agência de financiamento sobre essa condenação.